Alívio para o relator Carlos Wilson

Daniela Nahass
Da equipe do **Correio**

"Viúva Porcina, aquela que foi sem nunca ter sido". Assim os senadores apelidaram o colega Carlos Wilson (PPS-PE), lembrando o personagem da novela *Roque Santeiro*. Ele, porém, não se incomoda. Na verdade, a razão que motiva o apelido o deixa até aliviado. A renúncia de Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) livrou o senador Carlos Wilson (PPS-PE) de uma situação constrangedora. Designado relator do processo enviado pelo Conselho de Ética à Mesa do Senado, ele tinha a missão de decidir se a Casa deveria abrir o processo por quebra de decoro contra ACM e José Roberto Arruda (sem partido-DF), o que poderia resultar no processo de cassação dos dois parlamentares.

Wilson, amigo pessoal de Antonio Carlos e de seu filho, Luiz Eduardo, estava convencido a acatar o parecer do relator Saturnino Braga (PSB-RJ) favorável à cassação dos senadores. "Eu estava em uma situação delicada, mas não deixaria me influenciar por questões pessoais", disse ontem, momentos depois da renúncia de Antonio Carlos.

Por diversas vezes, Carlos Wilson sinalizou que acataria a pena sugerida pelo Conselho de Ética. "Eu posso mudar a pena, mas não devo fazer isso", disse, ao ser escolhido relator. Wilson, primeiro secretário do Senado, foi o presidente da Comissão de Inquérito instalada no Senado para investigar as suspeitas de violação no painel eletrônico. Ele acompanhou de perto os trabalhos dos técnicos da Unicamp e foi o primeiro a comunicar à imprensa que o painel havia sido violado no dia da votação da cassação do ex-senador Luiz Estevão (PMDB-DF).

Por ter acompanhado de perto todo o processo, Carlos Wilson tinha condições de apresentar um relatório em tempo recorde, mas preferiu aguardar a decisão de ACM, já que Arruda renunciou no dia seguinte à aprovação do relatório de Saturnino no Conselho de Ética. Ele chegou a dizer que entregaria o relatório em 24 horas, mas a partir da aprovação de seu relatório pela Mesa, a renúncia dos senadores não teria mais efeito prático. Com a abertura do processo por quebra de decoro, mesmo renunciando aos mandatos ACM e Arruda seriam penalizados com a perda dos direitos políticos por oito anos se fossem cassados.

Ontem, Carlos Wilson não quis fazer comentários sobre a renúncia de ACM. "A renúncia é um gesto pessoal dele e tenho que respeitar", afirmou. Com a renúncia dos dois senadores envolvidos na violação do painel eletrônico, o relatório do Conselho de Ética foi arquivado e tanto Arruda como ACM se livraram das punições.

Antonio Carlos Magalhães começou a se complicar quando fez referência à lista de votação da sessão que cassou Luiz Estevão durante uma conversa com o procurador da República, Luiz Francisco de Souza. Seu principal inimigo, o presidente do Congresso, Jader Barbalho (PMDB-PA), determinou uma investigação no painel eletrônico do Senado. Técnicos da Unicamp, contratados pelo Senado, acabaram confirmaram a violação do painel no dia da votação da cassação de Luiz Estevão. Os envolvidos acabaram obrigados a confessar o delito que cometeram.

Ronaldo de Oliveira

CARLOS WILSON: "NÃO DEIXARIA ME INFLUENCIAR POR QUESTÕES PESSOAIS"

Processo é arquivado

251

Da Agência Estado

O presidente do Congresso, senador Jader Barbalho (PMDB-PA), determinou ontem o arquivamento do processo por quebra de decoro dos ex-senadores Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) e José Roberto Arruda (sem partido-DF), que estava em análise pela Mesa Diretora do Senado.

"Seria uma mesquinharia despachar um processo sabendo da renúncia", disse Jader, depois de ressaltar que, embora tivesse escolhido Carlos Wilson para ser o relator do processo, não assinou a nomeação dele, diante da renúncia de Arruda e do aviso de que ACM repetiria o gesto ontem.

Para ele, o caso está encerrado. "Não tenho interesse em agravar este episódio", afirmou. O presidente do Senado tentou mostrar tranqüilidade com a possibilidade de que ele possa se tornar o próximo alvo de apurações no Congresso relativas ao caso Banpará e ao desvio de dinheiro na Sudam. "Não temo nada."